



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 27/2023
PROCESSO Nº 071/2023-07
GED Nº 20.27.0275.0000071/2023-07

SETORES REQUISITANTES: DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA: LÉA GOMES DE ANDRADE,
PAULO JOSÉ DE FREITAS FILHO E PEDRO VINÍCIUS LOPES DOS SANTOS**

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Sergipe, inscrita no CNPJ – MF sob o nº 13.168.687/0001-10, por intermédio do (a) Pregoeiro (a) e da Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 40/2023 de 09 de janeiro de 2023, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, conforme descrição constante neste Edital e seus Anexos, Lei 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Estadual nº 40.638/2020, Lei Complementar Estadual 261/2015, Lei Complementar 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e as demais legislações pertinentes.

1 – CONDIÇÕES PRELIMINARES E ABERTURA DA SESSÃO

1.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico (comunicação pela Internet), dirigida pelo pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

1.2 Todas as referências de tempo estabelecidas neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

PRAZO PARA ENVIO DE PROPOSTA: da data da publicação do aviso até o horário limite de início da sessão pública.

DATA DA ABERTURA: 11/05/2023

HORA DA ABERTURA: 09 h (Horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/pt-br

UASG: 926320 – Procuradoria-Geral de Justiça de Sergipe.

1.3 Não ocorrendo expediente ou existindo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

2 – DO OBJETO



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

2.1 O presente Pregão tem como objeto a contratação de apólice de seguro, com franquia, para a sede do Ministério Público de Sergipe, abrangendo todos os bens móveis contidos na edificação, conforme especificações do Termo, anexo I do Edital.

2.2 Fazem parte integrante deste edital os anexos abaixo relacionados:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Planilha de Preços;

Anexo III -Valores Máximos Aceitáveis pela Administração;

Anexo IV – Declaração de Regularidade – Resoluções CNMP N.º 01/2005 (ART. 4º), N.º 07/2006 (ART. 1º), N.º 28/2008 (ART. 1º) e N.º 37/2009 (ART. 3º);

Anexo V – Minuta do Contrato;

2.3 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3 – DA PARTICIPAÇÃO

3.1 Somente poderão participar da presente licitação, pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam todas as condições exigidas neste **EDITAL e seus ANEXOS**, devendo:

3.1.1 Estar previamente cadastradas no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, nos termos do Parágrafo 1º, do Artigo 1º, do Decreto n.º 10.485, de 25/11/2002, em qualquer unidade de cadastramento dos Órgãos/Entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que integram o Sistema de Serviços Gerais – SISG, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas, e estejam devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação SLTI, por meio do Site: www.gov.br/compras/pt-br para acesso ao sistema eletrônico;

3.2 Como requisito para a participação no Pregão os licitantes deverão declarar, assinalando em campo próprio do sistema eletrônico (COMPRASNET):

3.2.1 Que cumprem plenamente com os requisitos de habilitação, conforme disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 8.520/2002;

3.2.3 Que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso V do art. 27 da Lei 8666/93;

3.2.4 Que a proposta está em conformidade com o edital e foi elaborada de forma independente (Declaração de Elaboração Independente de Proposta nos termos da IN SLTI/MPOG n.º 02, de 16/09/2009). Declaração que poderá ser consultada pelo Pregoeiro, a partir da fase de aceitação/habilitação e estará disponível na ata da sessão pública do pregão;

3.2.5 Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, **quando for o caso**, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

3.2.6 A declaração falsa sujeitará o licitante às sanções previstas no presente Edital.

3.3. Não poderão participar deste Pregão:

- a) consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) as empresas suspensas de contratar com a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Sergipe;
- c) empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- d) empresas que estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação; e
- e) servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.3.1 Empresa que tenha como sócios, gerentes ou diretores, pessoa que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público de Sergipe, da União e dos Estados e servidor ocupante no âmbito do MPSE, de cargo de direção, chefia ou assessoramento, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme dispõem as Resoluções CNMP 01/2005, 07/2006, 21/2007, 28/2008 e 37/2009 (Anexo IV do Edital).

3.3.2 Estejam inscritas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo conselho Nacional de Justiça. (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

4 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 Qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório deste pregão, na forma eletrônica, até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para sua realização, mediante petição a ser encaminhada ao endereço eletrônico licitacao@mpse.mp.br

4.2 Não serão conhecidas as impugnações interpostas, vencidos os respectivos prazos legais.

4.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

4.4 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, cuja alteração gere a necessidade de alteração da proposta, será designada nova data para a realização do certame.

4.5 Os **pedidos de esclarecimentos** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, em **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente via internet, no endereço: licitacao@mpse.mp.br

4.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

4.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.9 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário / total;

7.2. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no edital;

7.3. A proposta escrita deverá obrigatoriamente conter, no mínimo, os seguintes requisitos:

7.3.1. Deve mencionar o número do processo licitatório;

7.3.2. Prazos: de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura das propostas; de fornecimento dos serviços;

7.3.3. A proposta deverá ser apresentada em uma via, redigida em português, em formulário oficial da empresa, que contenha a razão social, endereço e o respectivo código de endereçamento postal, número de telefone com código de área, e-mail, CNPJ e qualquer outro dado considerado relevante, rubricada em todas as suas folhas e assinada na última;

7.3.4 A proposta deverá conter especificação detalhada do produto/serviço a ser fornecido em conformidade com o termo, sob pena de recusa da proposta;

7.3.5 O preço deverá ser composto das informações: grupo, item, descrição, quantidade, preço unitário e valor total. Todos os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, em algarismos, neles incluídas todas as despesas de impostos, transporte, fornecimento e ativação dos serviços, mão-de-obra e demais itens indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto do termo de referência, durante todo o período de vigência. O Ministério Público do Estado de Sergipe não aceitará cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura do certame e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei. Na hipótese de redução de alíquota após a apresentação da proposta, a mesma será devidamente considerada por ocasião do pagamento;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

7.4 Será desclassificada a proposta de preços que se desviar do objeto ou for elaborada em desacordo com as exigências do termo ou que sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos que dificultem o julgamento de pontos essenciais exigidos no termo;

7.5. Não serão consideradas ofertas de vantagens não previstas no termo, nem preços ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes;

7.6. A LICITANTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

7.7.. Os preços apresentados pela LICITANTE deverão incluir todas as despesas, tributos, encargos sociais, fiscais e comerciais.

7.8. A LICITANTE deverá fornecer em sua proposta todas as comprovações, declarações e especificações técnicas solicitadas, sob pena de desclassificação.

8 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

8.7. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.8. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.9. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 3% (três por cento).

8.11. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.12. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.13. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação

*8.18. O Critério de julgamento adotado será o de **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.*

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

8.20. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.358/2015.

8.21. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.23. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

8.25 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.26 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.27. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.27.1 no país;

8.27.2 por empresas brasileiras;

8.27.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.27.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.28. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.30. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.31 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.32 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

9.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.7. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.8. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.9. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

9.10. Nos termos do Decreto Estadual nº 22.700, de 18 de fevereiro de 2004, o licitante deverá observar, disposição sobre a isenção de ICMS concedida aos Órgãos Públicos do Estado de Sergipe.

10 – DA HABILITAÇÃO

10.1 Sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro procederá, imediatamente após o recebimento da documentação, à verificação do atendimento das condições de habilitação da licitante.

10.2 São documentos necessários à habilitação:

- a)** Certidão Conjunta Negativa, ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a tributos federais e Dívida Ativa da União;
- b)** Certidão de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal, conforme o domicílio ou sede da licitante, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;
- c)** Certidão Negativa de Débito com o INSS (CND), ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa com o INSS (CPD-EM);
- d)** Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;
- f)** Contrato Social e suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, que contemplem objetivo/finalidade social compatível com o objeto licitado.

10.2 Para fins de habilitação técnica, a proponente deverá apresentar documentos relativos à aptidão técnica da Licitante, conforme descrito a seguir:

- a)** Apresentar um ou mais atestados ou declarações expedidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do Termo de Referência, em qualidade e quantitativos.

10.3. Os documentos mencionados no subitem anterior devem referir-se exclusivamente ao estabelecimento da licitante, ressalvada a hipótese de centralização de recolhimento de tributos e contribuições pela sede, que deverá ser comprovada por documento próprio, e estar vigente à época da abertura da documentação.

10.4 Documentação complementar:

10.4.1 Declaração de que não possui atualmente em seus quadros nem admitirá, durante a vigência da avença decorrente da licitação, sócios, gerentes ou diretores que sejam Membros ou servidores (*estes quando ocupantes de cargos de direção*) do Ministério Público e seus cônjuges, companheiros ou parentes, até o 3º grau, em atendimento ao disposto no art. 4º da Resolução n.º 1/2005 do



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

Conselho Nacional do Ministério Público, conforme dispõem as Resoluções CNMP 01/2005, 07/2006, 21/2007, 28/2008 e 37/2009 (Anexo IV do Edital);

10.4.2 A licitante deverá apresentar documento emitido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), comprovando regularidade para operar no mercado de seguros do Brasil;

10.4.3 Os licitantes deverão declarar que conhecem fielmente o objeto da licitação, independente de terem realizado a vistoria.

10.5 A regularidade do cadastramento do licitante no SICAF, bem como a sua habilitação parcial, será confirmada por meio de consulta "on line".

10.6 O favorecimento estabelecido nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006, permite ao fornecedor, ME/EPP, entregar a documentação (apenas *regularidade fiscal*) com possíveis restrições, junto ao endereço constante do **subitem 21.13**, as quais deverão ser sanadas, conforme estatui o art. § 1º da LC nº 123, de 20012.

10.7 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

10.8 Se a licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o item objeto do certame, pelo Pregoeiro.

10.9 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.10 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 8.024, de 2019.

10.11 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 horas, sob pena de inabilitação.

11 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

11.2. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 Declarada habilitada a licitante vencedora, será concedido, prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma imediata e motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2 O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

12.3 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

12.4 No caso de aceitação da intenção de recurso, será concedido à recorrente o prazo de **três dias** para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.5 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13 – DA HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO

13.1 O resultado da licitação será submetido ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe, para o procedimento de Adjudicação e Homologação, se houver recurso, ou somente Homologação do resultado desta licitação à vencedora do certame, podendo revogar, total ou parcialmente, a presente licitação, por interesse público e ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do artigo 49 da Lei 8.666/93, não cabendo às empresas licitantes direito a indenizações, exceto quanto ao caso previsto no artigo 59 da mesma Lei.

14 – DA DOTAÇÃO

14.1 As despesas oriundas correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Programa de 2023, obedecendo à classificação abaixo, com dotação, assim discriminada:

UNIDADE	FUNÇÃO,	PROJETO OU	ELEMENTOS DE	FONTE
---------	---------	------------	--------------	-------



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

ORÇAMENTÁRIO A	SUBFUNÇÃO E PROGRAMA	ATIVIDADE	DESPESA	DE RECURSO
1.11101	3.122.31	89	3.3.90.39	1500

15 – DO CONTRATO

15.1 A critério do Ministério Público de Sergipe, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, será convocado para retirar a nota de empenho, e se for o caso, assinar o termo de contrato, consoante Anexo V, devendo fazê-lo, também, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, salvo motivo justificado e devidamente aceito pela Administração, podendo solicitar a prorrogação do prazo, uma única vez, e por igual período, conforme estatui o parágrafo primeiro do art. 64 da Lei nº 8.666/93, sob pena de sujeitar-se às sanções legais previstas neste edital;

15.2 O termo de contrato acima mencionado, do qual faz parte a respectiva minuta, será elaborado pela Administração e vigorará da data de sua assinatura até a data em que estiverem cumpridas todas as obrigações contratuais, condicionada sua eficácia à publicação no Diário Oficial do MP/SE;

15.3 Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação, inclusive será confirmada a situação de regularidade para com a seguridade social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

15.4 Caso o licitante tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado à Administração;

15.5 Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, ou recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

DAS EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS

15.6 A empresa vencedora do certame, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato, deverá:

a) Nomear preposto para, durante o período de vigência da apólice, representá-la na execução do contrato, devendo informar os dados completos à Divisão de Apoio Administrativo do MPSE.

16 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 10.520/2002, o licitante/adjudicatário, sem prejuízos das multas previstas no Contrato, que:

I – não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

II – não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

- III - apresentar documentação falsa;
- IV – deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- V – ensejar o retardamento da execução do objeto;
- VI – não manter a proposta;
- VII – cometer fraude fiscal;
- VIII – comportar-se de modo inidôneo.

16.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

16.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17 – DA VIGÊNCIA DA APÓLICE E DO CONTRATO

17.1. A apólice terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pela Contratada.

17.2. O Contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93.

18 – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

18.1 As especificações do objeto são as estabelecidas no Termo de Referência.

19 – DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será realizado em parcela única e a Contratante comprometer-se-á a efetuar o pagamento em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega da nota fiscal ou da fatura e com a aprovação da Divisão de Apoio Administrativo do Ministério Público de Sergipe.

19.2. A Contratada deverá comprovar a regularidade junto ao INSS e ao FGTS, bem como apresentar as certidões negativas de débitos municipal, estadual e federal, além da nota fiscal/fatura referente ao objeto contratado.

19.3. Os documentos supracitados, os quais são imprescindíveis para a concretização do pagamento, deverão ser apresentados ao Núcleo de Acompanhamento e Controle de Contratos e Convênios para conferência, cabendo ao servidor designado pela Divisão de Apoio Administrativo da Instituição atestar a respectiva nota fiscal, desde que constate que tudo está em conformidade com este termo de referência e com a ata de registro de preços confeccionada.

19.4. Constatada a regularidade da Contratada e realizado o atesto na nota fiscal apresentada, esta será encaminhada à Diretoria Financeira para pagamento.

19.5. Em caso de atraso no pagamento, por parte da contratante, incidirá multa de 2% sobre o valor da fatura no mês de atraso, juros de mora na ordem de 1% ao mês e correção monetária pelo IGP-DI.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

20 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

20.1 As obrigações da Contratante e Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

21.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que, durante a realização da sessão pública do pregão, seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta e desde que não fique comprometido o interesse do órgão promotor do certame, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação.

21.3. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente PREGÃO.

21.4. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.5. O órgão promotor do certame não disponibilizará suas instalações, bem como equipamentos ou conexões com o provedor do sistema eletrônico às licitantes interessadas em participar deste Pregão.

21.6. O objeto deste pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 d1 Lei n 8.666/93.

21.7. A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.

21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Procuradoria-Geral de Justiça, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

21.9. O Procurador-Geral poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 29 do Decreto n.º 5.450, de 31.01.2005.

21.10. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.11. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Justiça Estadual de Aracaju, em Sergipe.

21.12. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser enviados ao Pregoeiro, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, **exclusivamente via internet**, no endereço: licitacao@mpse.mp.br Demais informações e



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

eventual remessa de documentos solicitada pelo Pregoeiro poderão ser dirigidas ao telefone (79) 3209-2877 ou ao endereço da sede do MP/SE informado no **subitem 21.13**.

21.13. O inteiro teor deste Edital e de seus anexos poderá ser obtido pelos interessados na sede do Ministério Público de Sergipe, situada na Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505, sala 314 – Centro Administrativo Gov. Augusto Franco – B. Capucho – CEP: 49.081-010, Aracaju, Sergipe por meio do telefone (79) 3209-2876, das 8h às 14h, de segunda às sextas-feiras, ou no site: www.mpse.mp.br.

Aracaju (SE), 24 de abril de 2023.

Micheline Silveira de Farias
Pregoeira/PGJ/SE



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

ANEXO I-TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2023

SEGURO DA SEDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE

1. OBJETO

1.1. Contratação de apólice de seguro, com franquia, para a sede do Ministério Público de Sergipe, abrangendo todos os bens móveis contidos na edificação, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA DA DESPESA

2.1. A contratação de apólice de seguro decorre da necessidade de o Ministério Público de Sergipe prevenir-se de prejuízos eventualmente causados por sinistros decorrentes de incêndios, raios, danos elétricos e explosões de qualquer natureza, dentre outras situações que possam ocorrer no prédio onde está instalada a sede da Instituição.

2.2. A execução do objeto deste Termo de Referência é uma importante medida para viabilizar o alcance dos objetivos da Diretoria Administrativa, alinhados com os indicadores do Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. A solicitação está fundamentada na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações; Lei nº 10.520, de 17/07/2002; Decreto Federal nº 5.450/2005 e Decreto Estadual nº 26.531, de 14 outubro de 2009.

4. DOS BENS

4.1. O imóvel a ser coberto pelo seguro a ser contratado está indicado no quadro abaixo, com sua descrição básica, endereço e área construída.

IMÓVEL	ENDEREÇO	ÁREA CONSTRUIDA
Prédio da Sede do MPSE	Av. Conselheiro Carlos Alberto Barros Sampaio, nº 505, Centro Administrativo Gov. Augusto Franco, Bairro Capucho, CEP: 49081-010, Aracaju/SE	19.820 m²



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

4.2. O referido imóvel é construído em alvenaria (paredes externas), com estrutura de concreto armado, esquadrias de alumínio com vidro, paredes internas em gesso acartonado e portas internas de madeira revestidas com fórmica. A pavimentação interna compõe-se de piso do tipo “granilite”, revestimento cerâmico e, em alguns locais, carpete. Nas salas e corredores, o forro é composto de placas de fibra mineral em estrutura de alumínio, ao passo que, na maioria dos banheiros, é feito de gesso acartonado – em alguns banheiros, o forro é de PVC.

4.3. A cobertura do seguro deverá abranger, ainda, todos os bens móveis que guarnecem a edificação e os agregados.

4.3.1. A contratação tem por objeto a prestação de serviços de seguro, com franquias, para o imóvel onde está sediado o MPSE, bem como para o acervo de bens nele contido, aí compreendidos todos os equipamentos eletrônicos, maquinismo, móveis, utensílios, mercadorias e matérias-primas pertencentes à Instituição, excetuados apenas os veículos automotores.

5. SISTEMA DE SEGURANÇA PREDIAL

5.1. O prédio identificado no subitem 4.1 possui sistema de combate a incêndio, composto de extintores portáteis, sistema anti-incêndio (*sprinklers*), hidrantes, portas corta-fogo e sinalização.

6. VALOR DO BEM IMÓVEL E DOS SEUS CONTEÚDOS

6.1. O valor estimado do prédio da sede do MPSE, incluindo todos os bens móveis abrangidos pelo seguro, é de R\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais).

7. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

7.1. O seguro será contratado na modalidade “risco a risco”.

7.2. O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados de incêndio, explosão de qualquer natureza (e suas consequências), mesmo que decorrente de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos e, ainda, queda de raios e suas consequências e danos elétricos.

7.2.1. O seguro deverá cobrir, ainda, os prejuízos decorrentes de esforços para o combate a eventual incêndio, minimização de perdas, salvamento de bens segurados e desentulho de ambientes.

7.2.2. Os bens móveis, as instalações elétricas e eletrônicas e o material de acabamento devem estar cobertos contra danos elétricos causados por variações anormais de tensão, curto-circuito, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas ou qualquer efeito ou fenômeno da natureza e pela queda de raio.

7.3. Seguem, abaixo, os tipos de cobertura/indenização e valores de franquias, de acordo com o dano:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

TIPO DE COBERTURA	VALOR	FRANQUIA
Coberturas - Valor do risco declarado. LMI (Limite Máximo de Indeni-zação): prédio + conteúdo, incêndio, raio, explosão	62.000.000,00	10%
Incêndio	62.000.000,00	10%
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos e queda de aeronave	1.000.000,00	10%
Danos elétricos	800.000,00	10%
Responsabilidade Civil Operação	1.000.000,00	10%
Responsabilidade Civil Empregador	1.000.000,00	10%
Recomposição de registros e documentos	1.000.000,00	10%
Responsabilidade civil garagista – modalidade incêndio, roubo e furto mediante arrombamento	200.000,00	10%
Quebra de vidros, espelhos e mármore	175.000,00	10%
Derrame e/ou vazamento de tubulações hidráulicas	500.000,00	10%
Tumultos e greves	200.000,00	10%
Alagamento e Inundações	300.000,00	10%
Subtração de bens	200.000,00	10%
Anúncios luminosos	20.000,00	10%
Equipamento Eletrônico C/ Subtração	500.000,00	10%

8. VIGÊNCIA DA APÓLICE E DO CONTRATO

- 8.1. A apólice terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pela Contratada.
- 8.2. O Contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93.
- 8.3 Na apólice, deverão constar condições gerais do seguro, valor, franquia, tipos de assistência e contatos.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Emitir a apólice em até 15 (quinze) dias, após a retirada/recebimento da Nota de Empenho.
- 9.2. Prestar atendimento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento do aviso do sinistro.
- 9.3. Nomear preposto e disponibilizar para a Contratante todos os meios de contato existentes, como o nome deste, endereço, e-mail, telefone e fax.
- 9.4. Iniciar a avaliação dos danos até o primeiro dia útil subsequente ao início do atendimento.
- 9.5. Garantir o pagamento das indenizações previstas em contrato dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrega da documentação completa necessária para essa finalidade, de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

- 9.6. Não transferir a terceiros o presente contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento expresso da Contratante.
- 9.7. Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação.
- 9.8. Solicitar à Contratante os esclarecimentos necessários para o regular cumprimento dos termos contratuais.
- 9.9. Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação do certame.
- 9.10. Aceitar os acréscimos ou supressões, conforme o disposto no §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93;

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Comunicar o sinistro à Contratada dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;
- 10.2. Fornecer ou facilitar o acesso a toda espécie de informações sobre as circunstâncias e consequências do sinistro.
- 10.3. Registrar o ocorrido e obter o respectivo Boletim de Ocorrência para a Contratada.
- 10.4. Informar precisamente os dados para a emissão da apólice.
- 10.5. A Divisão de Apoio Administrativo será o setor responsável pelo acompanhamento da contratação e pela Fiscalização Técnica do Contrato.

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 11.1. A licitante deverá apresentar um ou mais atestados ou declarações expedidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, em qualidade e quantitativos.
- 11.2. A licitante deverá apresentar documento emitido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), comprovando regularidade para operar no mercado de seguros do Brasil.
- 11.3. Os licitantes deverão declarar que conhecem fielmente o objeto da licitação, independente de terem realizado a vistoria.

12. DA VISTORIA

- 12.1. É facultada aos licitantes a realização de vistoria no imóvel descrito no item 4.1, a fim de verificar as especificações apresentadas, observando-se o seguinte:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

I. A vistoria poderá ser realizada até o último dia útil anterior à data da abertura da Sessão Pública, devendo ser agendada junto à Diretoria Administrativa do Ministério Público de Sergipe, com o servidor Fábio Silva Torres, através do telefone (79) 3209-2899;

II. Entende-se como vistoria os levantamentos que possam ser realizados pelas licitantes para efeito de apresentação das propostas, tais como visitas aos locais para a avaliação de riscos, constatação da existência de proteção e de combate a incêndio de acordo com as normas de segurança em vigentes;

12.2. Em hipótese alguma, o desconhecimento das condições do imóvel poderá ser alegado como justificativa para inexecução ou execução irregular do seguro a ser contratado;

12.3 Os licitantes deverão declarar que conhecem fielmente o objeto do termo de referência, independente de terem realizado a vistoria;

12.4 A vistoria realizada pela empresa não ensejará emissão de nenhum termo ou comprovante pelo Ministério Público de Sergipe.

13. GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. O gerenciamento do instrumento contratual será de responsabilidade da Divisão de Apoio Administrativo, através do Núcleo de Acompanhamento e Controle de Convênios e Contratos.

13.2. Não obstante a EMPRESA VENCEDORA DA LICITAÇÃO seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços fornecidos, o Ministério Público de Sergipe reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre tais serviços, diretamente, pela Diretoria Administrativa e/ou pela Divisão de Apoio Administrativo.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado em parcela única e a Contratante comprometer-se-á a efetuar o pagamento em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega da nota fiscal ou da fatura e com a aprovação da Divisão de Apoio Administrativo do Ministério Público de Sergipe.

14.2. A Contratada deverá comprovar a regularidade junto ao INSS e ao FGTS, bem como apresentar as certidões negativas de débitos municipal, estadual e federal, além da nota fiscal/fatura referente ao objeto contratado.

14.3. Os documentos supracitados, os quais são imprescindíveis para a concretização do pagamento, deverão ser apresentados ao Núcleo de Acompanhamento e Controle de Contratos e Convênios para conferência, cabendo ao servidor designado pela Divisão de Apoio Administrativo da Instituição atestar a respectiva nota fiscal, desde que constate que tudo está em conformidade com este termo de referência e com a ata de registro de preços confeccionada.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

14.4. Constatada a regularidade da Contratada e realizado o atesto na nota fiscal apresentada, esta será encaminhada à Diretoria Financeira para pagamento.

14.5. Em caso de atraso no pagamento, por parte da contratante, incidirá multa de 2% sobre o valor da fatura no mês de atraso, juros de mora na ordem de 1% ao mês e correção monetária pelo IGP-DI.

15. DA APÓLICE

15.1. A Contratante informará os dados necessários à emissão da apólice, que deverá conter, dentre outras informações essenciais: as condições gerais do seguro e os direitos do segurado; o valor do prêmio total; o detalhamento dos prejuízos indenizáveis (observado o estabelecido no item 7.3 deste Termo de Referência) e os respectivos valores de franquia; e os contatos necessários à boa execução do contrato.

16. DAS EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS

16.1. A empresa vencedora do certame, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, deverá:

a) Nomear preposto para, durante o período de vigência da apólice, representá-la na execução do contrato, devendo informar os dados completos à Divisão de Apoio Administrativo do MPSE.

17. DAS SANÇÕES

17.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto a ser contratado, o Ministério Público do Estado de Sergipe poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

17.1.1. Advertência;

17.1.2. Multa, observados os seguintes limites máximos:

a) 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

b) 10 % (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o consequente cancelamento da Nota de Empenho ou documento equivalente;

17.1.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Estado de Sergipe pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

17.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

17.2 O valor da multa aplicada será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado judicialmente, sendo corrigida monetariamente, de conformidade com a variação do IPCA, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

17.3. A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

18. DA RESCISÃO

18.1. A inexecução total ou parcial do futuro Contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

18.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.3. A rescisão do contrato poderá ser:

18.3.1 determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da lei supramencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos; ou

18.3.2 amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE; ou

18.3.3 judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

18.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e não implicará o pagamento de qualquer indenização.

19. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

19.1. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente Termo de Referência, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, na forma do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

20. DO PREÇO E DO REAJUSTE

20.1. Os preços unitários contratados, desde que observado o interregno de no mínimo de um ano contados da data limite para apresentação da proposta, ou nos reajuste subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, serão reajustados utilizando-se a variação do Índice Geral de Preço de Mercado –IGP-M/FGV.

20.2. A Contratada poderá exercer o seu direito ao reajuste dos preços do contrato que será firmado até a data do contrato da prorrogação contratual subsequente.

20.3. Caso a Contratada não apresente de forma tempestiva o seu pedido de reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

20.4. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional aos preços médios praticados no mercado respectivo, fica desde já convencionada a adoção de medidas para adequar o valor atualizado do contrato à respectiva realidade mercadológica.

21. DA PUBLICAÇÃO

21.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Sergipe, no prazo previsto na Lei nº 8.666/93.

22. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

22.1. As partes contratantes declaram ter conhecimento das regras da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, comprometendo-se a observá-las no cumprimento das obrigações assumidas em razão dessa relação, na medida de suas atividades e responsabilidades e, ainda:

22.1.1. A CONTRATANTE poderá tratar dados pessoais do(s) representante(s) legal(s) da CONTRATADA, inclusive transferi-los e compartilhá-los para outras empresas ou organizações que estejam em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD") e tenham estabelecido e adotado medidas de segurança da informação, desde que tais ações sejam necessárias para o desenvolvimento dos procedimentos e atividades da CONTRATANTE e estejam fundamentadas por uma das bases legais que autorizam o tratamento.

22.1.2. Em nenhum caso, os dados pessoais do(s) representante(s) legal(s) da CONTRATADA serão expostos sem causa ou justificativa.

22.1.3. A CONTRATADA declara estar ciente de que a CONTRATANTE possui POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, que respeita e observa as legislações pertinentes sobre o tema, e que o objetivo é informá-lo sobre a importância da privacidade nas relações contratuais e sobre a necessidade de pautar suas atividades administrativas em consonância com os termos das POLÍTICAS INTERNAS e da LGPD.

22.1.4. No âmbito da relação contratual regida por este TERMO, a CONTRATADA deverá observar a devida reserva em relação a todas as informações de natureza técnica, administrativa, financeira, processual ou confidencial que sejam de propriedade da CONTRATANTE ou de seus Membros e Servidores e/ou qualquer outra pessoa ou instituição a que tenha acesso no exercício de suas funções.

22.1.5. Fica acordado pelas partes que, durante e após o término da relação contratual, a CONTRATADA tem a obrigação de manter total confidencialidade em relação aos assuntos descritos neste TERMO e aos quais tenha acesso em virtude do contrato.

22.1.6. A infração ao disposto nesta cláusula, a qualquer tempo, sujeitará a parte infratora às indenizações por perdas e danos previstos na legislação ordinária, independentemente da rescisão imediata deste termo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Deverá ser reservado à Contratada o direito de proceder, durante a vigência do contrato, com a inspeção regular dos objetos segurados.

23.2. Os bens móveis e o imóvel devem estar segurados contra danos materiais causados por incêndios, explosões de qualquer causa e natureza, onde quer que se tenha originado, inclusive suas consequências, além de danos por queda de raios diretamente ocorridos no prédio da sede do Ministério Público de Sergipe. Devem estar cobertos, também, os prejuízos decorrentes de esforços para o combate ao incêndio, minimização de perdas e salvamento de bens segurados e desentulho do local em decorrência de risco coberto.

23.3. Os bens móveis, as instalações elétricas e eletrônicas e o material de acabamento devem estar cobertos contra danos elétricos causados por variações anormais de tensão, curto-circuito, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas ou qualquer efeito ou fenômeno da natureza e pela queda de raio.

23.4. O prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias úteis, a contar da entrega da documentação completa necessária para essa finalidade.

23.5. Os bens objetos do seguro a ser contratado nunca sofreram sinistro.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 27/2023
MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO

AO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

PROPOSTA AO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 27/2023

DADOS DA LICITANTE VENCEDORA:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

CIDADE: ESTADO: CEP:

TELEFONE:

E-MAIL:

PESSOA PARA CONTATO:

BANCO:

AG. Nº: CONTA CORRENTE:

2. DO PREÇO OFERTADO AO OBJETO DO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 27/2023 DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE:

ITEM

ITEM	OBJETO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Prestação de serviços de seguro, com franquia, para a Sede do Ministério Público de Sergipe, localizado na Avenida Conselheiro Carlos Alberto Barros Sampaio, nº 505, Edifício Governador Luiz Garcia, térreo, Centro Administrativo Gov. Augusto Franco, Bairro Capucho. Aracaju – SE – CEP.: 49081-010, bem como o acervo de bens, aí compreendidos todos os equipamentos eletrônicos, móveis e utensílios pertencentes ao mencionado órgão e que estão em uso nos prédios a serem segurados, com a exceção dos veículos automotores		



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA: _____.

Observações:

- Nos preços acima propostos estão inclusas todas as despesas e custos diretos e indiretos, como impostos, taxas, fretes e garantia dos serviços ofertados.
- O prazo para fornecimento dos serviços é de ____ (_____) dias corridos, contados recebimento da nota de empenho;

Data: ____/____/2023.

PROPONENTE

CNPJ, RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO COM CEP, NÚMEROS DE TELEFONE, FAX, E-MAIL



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 27/2023
PREÇO MÁXIMO ADMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO

O preço máximo que a Administração se dispõe a pagar pelos serviços está descrito na tabela abaixo:

ITEM

TEM	OBJETO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Prestação de serviços de seguro, com franquia, para a Sede do Ministério Público de Sergipe, localizado na Avenida Conselheiro Carlos Alberto Barros Sampaio, nº 505, Edifício Governador Luiz Garcia, térreo, Centro Administrativo Gov. Augusto Franco, Bairro Capucho. Aracaju – SE – CEP.: 49081-010, bem como o acervo de bens, aí compreendidos todos os equipamentos eletrônicos, móveis e utensílios pertencentes ao mencionado órgão e que estão em uso nos prédios a serem segurados, com a exceção dos veículos automotores		89.963,25



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÕES CNMP 01/2005, 07/2006 e 37/2009

(em papel timbrado da empresa)

À

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE.

Ref.: PROCESSO LICITATÓRIO N.º 2023 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º /2023.

Nome da Empresa:

CNPJ:

Nome do Declarante:

CPF:

Cargo:

Declaro, nos termos da Resolução nº 01, de 07 de novembro de 2005, Resolução nº 07, de 17 de abril de 2006 e Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação de prestação de serviços junto à Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ, que:

(☐) a) os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores não são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, inclusive, de Membros do Ministério Público de Sergipe, da União e dos Estados e servidor ocupante no âmbito do MPSE, de cargo de direção, chefia ou assessoramento, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(☐) b) os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, inclusive, de Membros do Ministério Público de Sergipe, da União e dos Estados e servidor ocupante no âmbito do MPSE, de cargo de direção, chefia ou assessoramento, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abaixo identificado(s):

Nome do Membro e/ou Servidor: _____

Cargo: _____

Órgão de Lotação: _____

Grau de Parentesco: _____

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Aracaju, ____/____/____

Assinatura



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº
0XX/2023, QUE FAZEM ENTRE SI A PROCURADORIA-
GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA XXXXXXX.**

A Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Sergipe pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Conselheiro Carlos Alberto Barros Sampaio, nº 505 – Centro Administrativo Augusto Franco – Bairro Capucho, Aracaju-SE, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.168.687/0001-10, representada neste Ato pelo Procurador-Geral de Justiça, _____, brasileiro, inscrito no CNPF/MF sob nº _____, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominada **CONTRATANTE**, de outro lado a empresa **XXXXXXX**, estabelecida na avenida XXXX, nº XXX, Bairro XXXX, XXXX –XXX – CEP XXXX, inscrita no CNPJ nº **XXXXXXXXXX**, representada legalmente pelo seu procurador **Sr. XXXXXX**, brasileiro, portador do RG XXXXX SSP/SE, CPF nº XXXXXX, têm entre si, justo e avençado, o presente instrumento, decorrente do Pregão Eletrônico nº 27/2023 e seus anexos, que será regido pelas normas Lei 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Estadual nº 40.638/2020, Lei Complementar Estadual 261/2015, Lei Complementar 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de apólice de seguro, com franquia, para a sede do Ministério Público de Sergipe, abrangendo todos os bens móveis contidos na edificação, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital, PE-27/2023

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA

2.1 A celebração do termo de ajuste em relevo é respaldada no Processo de Licitação – Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2023

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS BENS

3.1. O imóvel a ser coberto pelo seguro a ser contratado está indicado no quadro abaixo, com sua descrição básica, endereço e área construída.

IMÓVEL	ENDEREÇO	ÁREA CONSTRUÍDA
Prédio da Sede do MPSE	Av. Conselheiro Carlos Alberto Barros Sampaio, nº 505, Centro Administrativo Gov. Augusto Franco, Bairro Capucho,	19.820 m²



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

	CEP: 49081-010, Aracaju/SE	
--	----------------------------	--

3.2. O referido imóvel é construído em alvenaria (paredes externas), com estrutura de concreto armado, esquadrias de alumínio com vidro, paredes internas em gesso acartonado e portas internas de madeira revestidas com fórmica. A pavimentação interna compõe-se de piso do tipo “granilite”, revestimento cerâmico e, em alguns locais, carpete. Nas salas e corredores, o forro é composto de placas de fibra mineral em estrutura de alumínio, ao passo que, na maioria dos banheiros, é feito de gesso acartonado – em alguns banheiros, o forro é de PVC.

3.3. A cobertura do seguro deverá abranger, ainda, todos os bens móveis que guarnecem a edificação e os agregados.

3.3.1. A contratação tem por objeto a prestação de serviços de seguro, com franquias, para o imóvel onde está sediado o MPSE, bem como para o acervo de bens nele contido, aí compreendidos todos os equipamentos eletrônicos, maquinismo, móveis, utensílios, mercadorias e matérias-primas pertencentes à Instituição, excetuados apenas os veículos automotores.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

4.1. O seguro será contratado na modalidade “risco a risco”.

4.2. O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados de incêndio, explosão de qualquer natureza (e suas consequências), mesmo que decorrente de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos e, ainda, queda de raios e suas consequências e danos elétricos.

4.2.1. O seguro deverá cobrir, ainda, os prejuízos decorrentes de esforços para o combate a eventual incêndio, minimização de perdas, salvamento de bens segurados e desentulho de ambientes.

4.2.2. Os bens móveis, as instalações elétricas e eletrônicas e o material de acabamento devem estar cobertos contra danos elétricos causados por variações anormais de tensão, curto-circuito, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas ou qualquer efeito ou fenômeno da natureza e pela queda de raio.

4.3. Seguem, abaixo, os tipos de cobertura/indenização e valores de franquias, de acordo com o dano:

TIPO DE COBERTURA	VALOR	FRANQUIA
Coberturas - Valor do risco declarado. LMI (Limite Máximo de Indenização): prédio + conteúdo, incêndio, raio, explosão	62.000.000,00	10%
Incêndio	62.000.000,00	10%
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos e queda de aeronave	1.000.000,00	10%
Danos elétricos	800.000,00	10%
Responsabilidade Civil Operação	1.000.000,00	10%
Responsabilidade Civil Empregador	1.000.000,00	10%
Recomposição de registros e documentos	1.000.000,00	10%
Responsabilidade civil garagem – modalidade incêndio, roubo e furto mediante arrombamento	200.000,00	10%
Quebra de vidros, espelhos e mármore	175.000,00	10%



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

Derrame e/ou vazamento de tubulações hidráulicas	500.000,00	10%
Tumultos e greves	200.000,00	10%
Alagamento e Inundações	300.000,00	10%
Subtração de bens	200.000,00	10%
Anúncios luminosos	20.000,00	10%
Equipamento Eletrônico C/ Subtração	500.000,00	10%

CLÁUSULA QUINTA- DA APÓLICE

5.1. A Contratante informará os dados necessários à emissão da apólice, que deverá conter, dentre outras informações essenciais: as condições gerais do seguro e os direitos do segurado; o valor do prêmio total; o detalhamento dos prejuízos indenizáveis (observado o estabelecido no item 7.3 do Termo de Referência) e os respectivos valores de franquias; e os contatos necessários à boa execução do contrato.

5.2 Na apólice, deverão constar condições gerais do seguro, valor, franquias, tipos de assistência e contatos.

CLÁUSULA SEXTA- DO VALOR DO CONTRATO

6.1 O valor total de R\$

CLÁUSULA SÉTIMA- DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado em parcela única e a Contratante comprometer-se-á a efetuar o pagamento em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega da nota fiscal ou da fatura e com a aprovação da Divisão de Apoio Administrativo do Ministério Público de Sergipe.

7.2. A Contratada deverá comprovar a regularidade junto ao INSS e ao FGTS, bem como apresentar as certidões negativas de débitos municipal, estadual e federal, além da nota fiscal/fatura referente ao objeto contratado.

7.3. Os documentos supracitados, os quais são imprescindíveis para a concretização do pagamento, deverão ser apresentados ao Núcleo de Acompanhamento e Controle de Contratos e Convênios para conferência, cabendo ao servidor designado pela Divisão de Apoio Administrativo da Instituição atestar a respectiva nota fiscal, desde que constate que tudo está em conformidade com este termo de referência e com a ata de registro de preços confeccionada.

7.4. Constatada a regularidade da Contratada e realizado o atesto na nota fiscal apresentada, esta será encaminhada à Diretoria Financeira para pagamento.

7.5. Em caso de atraso no pagamento, por parte da contratante, incidirá multa de 2% sobre o valor da fatura no mês de atraso, juros de mora na ordem de 1% ao mês e correção monetária pelo IGP-DI.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Comunicar o sinistro à Contratada dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

- 8.2. Fornecer ou facilitar o acesso a toda espécie de informações sobre as circunstâncias e consequências do sinistro.
- 8.3. Registrar o ocorrido e obter o respectivo Boletim de Ocorrência para a Contratada.
- 8.4. Informar precisamente os dados para a emissão da apólice.
- 8.5. A Divisão de Apoio Administrativo será o setor responsável pelo acompanhamento da contratação e pela Fiscalização Técnica do Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Emitir a apólice em até 15 (quinze) dias, após a retirada/recebimento da Nota de Empenho.
- 9.2. Prestar atendimento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento do aviso do sinistro.
- 9.3. Nomear preposto e disponibilizar para a Contratante todos os meios de contato existentes, como o nome deste, endereço, e-mail, telefone e fax.
- 9.4. Iniciar a avaliação dos danos até o primeiro dia útil subsequente ao início do atendimento.
- 9.5. Garantir o pagamento das indenizações previstas em contrato dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrega da documentação completa necessária para essa finalidade, de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- 9.6. Não transferir a terceiros o presente contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento expresso da Contratante.
- 9.7. Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação.
- 9.8. Solicitar à Contratante os esclarecimentos necessários para o regular cumprimento dos termos contratuais.
- 9.9. Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação do certame.
- 9.10. Aceitar os acréscimos ou supressões, conforme o disposto no §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

- 10.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto a ser contratado, o Ministério Público do Estado de Sergipe poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:
- 10.1.1. Advertência;
- 10.1.2. Multa, observados os seguintes limites máximos:
- a) 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido;
- b) 10 % (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

10.1.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Estado de Sergipe pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. O valor da multa aplicada será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado judicialmente, sendo corrigida monetariamente, de conformidade com a variação do IPCA, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento.

10.3. A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

11.1. A Contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do Termo de Referência, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, na forma do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA FONTE DE RECURSOS

12.1 As despesas oriundas correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Programa de 2023, obedecendo à classificação abaixo, com dotação, assim discriminada:

CÓD. DA UNIDADE	CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO	PROJETO OU ATIVIDADE	ELEMENTOS DE DESPESA	FONTE DE RECURSO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1 O Contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do artigo 57, II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA APÓLICE

14.1 A apólice terá vigência de 12 meses, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pela contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA–DO PREÇO E DO REAJUSTE

15.1. Os preços unitários contratados, desde que observado o interregno de no mínimo de um ano contados da data limite para apresentação da proposta, ou nos reajuste subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, serão reajustados utilizando-se a variação do Índice Geral de Preço de Mercado –IGP-M/FGV.

15.2. A Contratada poderá exercer o seu direito ao reajuste dos preços do contrato que será firmado até a data do contrato da prorrogação contratual subsequente.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

15.3. Caso a Contratada não apresente de forma tempestiva o seu pedido de reajuste e prorogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

15.4. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional aos preços médios praticados no mercado respectivo, fica desde já convencionada a adoção de medidas para adequar o valor atualizado do contrato à respectiva realidade mercadológica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1. O gerenciamento do instrumento contratual será de responsabilidade da Divisão de Apoio Administrativo, através do Núcleo de Acompanhamento e Controle de Convênios e Contratos.

16.2. Não obstante a EMPRESA VENCEDORA DA LICITAÇÃO seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços fornecidos, o Ministério Público de Sergipe reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre tais serviços, diretamente, pela Diretoria Administrativa e/ou pela Divisão de Apoio Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA RESCISÃO

17.1. A inexecução total ou parcial do futuro Contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

17.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.3. A rescisão do contrato poderá ser:

17.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos; ou

17.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE; ou;

17.3.3. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

17.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e não implicará no pagamento de qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

18.1. As partes contratantes declaram ter conhecimento das regras da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, se comprometendo a observá-las no cumprimento das obrigações assumidas em razão dessa relação, na medida de suas atividades e responsabilidades e, ainda:

18.1.1. A CONTRATANTE poderá tratar dados pessoais do(s) representante(s) legal(s) da CONTRATADA, inclusive transferi-los e compartilhá-los para outras empresas ou organizações que estejam em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”) e tenham estabelecido e adotado medidas de segurança da informação, desde que tais ações sejam necessárias para o



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

desenvolvimento dos procedimentos e atividades da CONTRATANTE e estejam fundamentadas por uma das bases legais que autorizam o tratamento;

18.1.2. Em nenhum caso, os dados pessoais do(s) representante(s) legal(s) da CONTRATADA serão expostos sem causa ou justificativa;

18.1.3. A CONTRATADA declara estar ciente de que a CONTRATANTE possui POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, que respeita e observa as legislações pertinentes sobre o tema, e que o objetivo é informá-lo sobre a importância da privacidade nas relações contratuais e sobre a necessidade de pautar suas atividades administrativas em consonância com os termos das POLÍTICAS INTERNAS e da LGPD;

18.1.4. No âmbito da relação contratual regida pelo TERMO DE CONTRATO resultante dessa contratação, a CONTRATADA deverá observar a devida reserva em relação a todas as informações de natureza técnica, administrativa, financeira, processual ou confidencial que sejam de propriedade da CONTRATANTE ou de seus Membros e Servidores e/ou qualquer outra pessoa ou instituição a que tenha acesso no exercício de suas funções;

18.1.5. Fica acordado pelas partes que, durante e após o término da relação contratual, a CONTRATADA tem a obrigação de manter total confidencialidade em relação aos assuntos descritos neste TERMO e aos quais tenha acesso em virtude do contrato;

18.1.6. A infração ao disposto nesta cláusula, a qualquer tempo, sujeitará a parte infratora às indenizações por perdas e danos previstos na legislação ordinária, independentemente da rescisão imediata do TERMO DE CONTRATO resultante dessa contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá à CONTRATANTE, providenciar a Publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Sergipe, no prazo previsto na Lei. 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA DO FORO

20.1 Fica eleito o foro da Comarca Aracaju/SE, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste contrato, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Aracaju, _____ de _____ de 2023.

Procurador-Geral de Justiça

Contratado

TESTEMUNHAS: